



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



Abandono na inclusão: Um olhar de um professor em formação

Juan Costa Lemos¹

Rafael Felipe Novôa Vaz²

GD n° 4 – Educação Matemática Inclusiva: a formação docente

Resumo do trabalho. Este trabalho faz parte de um estudo de conclusão de curso de Licenciatura em Matemática, ainda em andamento, que tem por objetivo investigar como os coordenadores pedagógicos e professores interpretam o abandono das políticas públicas e, conseqüentemente, suas limitações em lidar com alunos com necessidades especiais. Este pôster apresenta um recorte deste estudo a partir da entrevista realizada com um(a) desses(as) professores(as) de matemática que atua com alunos deficientes em uma escola pública municipal em Japeri (RJ). Em 1994, o Brasil e diversos países se reuniram na Espanha, na cidade de Salamanca, para então assinar um dos principais documentos de inclusão social, o tratado conhecido como a Declaração de Salamanca. Este tratado tem como princípio fomentar políticas e práticas de educação especial, promovendo o reconhecimento das diferenças, o atendimento adequado às necessidades de cada um e a promoção de programas de aprimoramento de professores, tanto em serviço quanto em formação. No entanto, o que se observa é que o tratado não é cumprido no Brasil. Uma das conclusões do estudo é que o docente investigado se sente abandonado pelo poder público e despreparado para lidar com alunos com deficiências.

Palavras-chave: Inclusão, Abandono, Políticas Públicas.

Introdução

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares se tornou uma realidade em diversas instituições de ensino no país, principalmente depois da promulgação em 2015 da lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015). Desde então, passou a se configurar como uma das pautas de discussão relacionadas à qualidade da educação pública. Temas como acessibilidade, diversidade e práticas inclusivas fazem parte das preocupações de educadores matemáticos no Brasil e no mundo, e desde os anos 90, ganharam mais visibilidade após do tratado de Salamanca (SANT'ANA, 2005).

¹ IFRJ - Campus Paracambi, juancostask@gmail.com.

² IFRJ - Campus Paracambi, rafael.vaz@ifrj.edu.br.



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



Para Rodrigues (2010 apud DOS SANTOS, E.C., 2012), o respaldo da lei nas escolas não garante que a inclusão seja feita de forma adequada, pois alguns estudantes são matriculados em instituições que não possuem os aparatos mínimos necessários para atender às demandas desses estudantes. Para este autor, além da existência de uma falha nas políticas públicas, de certa forma, os professores possuem uma parcela de responsabilidade pela não inclusão destes estudantes. Rodrigues (2010 apud DOS SANTOS, E.C., 2012) defende que os docentes, geralmente não capacitados na sua formação inicial para lidar com a inclusão em sala de aula, se mantêm resistentes em adquirir novos conhecimentos para lidar com o tema. Deste modo, as raras capacitações oferecidas pelo poder público não obtêm sucesso.

Em contrapartida, para Segadas (2011), há professores com boa vontade de ajudar e dispostos a se capacitar que encontram dificuldades em obter informações e formação para atuar com práticas mais inclusivas. Segundo a autora, uma forma de reduzir esse desamparo informativo seria a existência de uma disciplina com a temática de atendimento educacional especializado na formação de professores que os ajudassem a lidar com a situação de um aluno com deficiência em sala.

Este trabalho é oriundo um estudo de conclusão de curso de Licenciatura em Matemática, ainda em andamento, que tem por objetivo investigar como os coordenadores pedagógicos e professores enxergam o abandono das políticas públicas e, conseqüentemente, suas limitações em lidar com alunos com necessidades especiais. Neste artigo, será apresentado um recorte deste estudo a partir da entrevista realizada com um professor de matemática que atua com alunos de inclusão em uma escola pública municipal em Japeri.

Inclusão Escolar

O ímpeto da inclusão escolar tem como o cerne a idealização de uma escola mais acolhedora para as diferenças, que promova a inserção de todas as pessoas sem nenhum tipo de exceção ou critério de escolha para escolas regulares. Uma formação de qualidade, não necessariamente da mesma forma para todos, e sim, que dê a todos a oportunidade de



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



desenvolver habilidades e competências respeitando suas individualidades. Incluir alunos com necessidades especiais é mais do que os inserir em uma mesma sala de aula, a inclusão ocorre no oferecimento de oportunidades atrelado ao respeito das individualidades. Faz-se também necessária, a capacitação de outros profissionais de educação para auxiliar professores na educação.

Com o passar dos anos, grandes precursores possibilitaram a construção políticas educacionais inclusivas, contribuindo para a garantia dos direitos à educação pública e gratuita. A Constituição Federal de 1988 passou a assegurar à pessoa com deficiência a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante educação especial gratuita.

A UNESCO promoveu, nos anos 90, uma conferência mundial com o tema de Educação para Todos. Foi prevista uma idealização de escola que pudesse integrar os alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) no âmbito escolar, de modo que fossem respeitadas suas especificidades, suas necessidades e potencialidades individuais. Pouco tempo depois, em 1994, o Brasil e diversos países se reuniram na Espanha, na cidade de Salamanca, para então assinar um dos principais documentos de inclusão social, o tratado conhecido como a Declaração de Salamanca. Este tratado possuía como princípio fomentar políticas e práticas de educação especial, promovendo o reconhecimento das diferenças, o atendimento adequado às necessidades de cada um e a promoção de programas de aprimoramento de professores, tanto em serviço quanto em formação (FERNANDES, S. H. A. A.; HEALY, L., 2007).

Para o Brasil começar a trabalhar de forma alinhada à Declaração de Salamanca, houve um trabalho conjunto das secretarias de educação fundamental e especial para que fosse criado um documento intitulado “Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para Educação de com necessidades especiais” (BRASIL, 1998). Esse documento passou ser articulado junto ao PCN, permitindo adequações curriculares, flexibilização nos processos avaliativos, métodos de ensino diferenciados, além de discutir fatores que limitariam possíveis impactos gerados pelas adaptações no currículo da educação básica (FERNANDES, S. H. A. A.; HEALY, L., 2007).



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



A inclusão seria o ideal no convívio escolar, mas na realidade há outras três possíveis vertentes nas escolas: integração, segregação e exclusão.

A integração tem por si a inserção do aluno no ambiente escolar de modo que ele esteja em sala de aula regular junto com os outros alunos ditos “normais”, mas mantidos em ‘uma bolha’ que os distancia dos outros alunos. Nesse caso, a aprendizagem está atrelada ao ensino desenhada para alunos regulares. Os alunos integrados que possuem NEE são constantemente vistos como espectadores no processo de ensino e dificilmente são postos como agentes ativos na construção do seu próprio conhecimento.

A segregação escolar consiste em separar os alunos dos demais, devido a alguma condição que seja desvantajosa, colocando-os em turmas especiais não tendo contato com os demais alunos de classes regulares, até mesmo em escolas especiais. A ausência de convívio com alunos ditos normais, privando-os de relações intrapessoais adquiridas no convívio diário, pode ser prejudicial à inserção destes indivíduos na sociedade.

A exclusão escolar é um fenômeno que acontece com maior frequência, construída a partir da negligência do poder público e da sociedade aos estudantes que possuem necessidade especiais educacionais. Sem acolhimento no sistema educacional, são excluídos da escola e ficam à margem da sociedade.

Metodologia

Para realização da investigação do TCC, foram entrevistados três profissionais de uma escola pública municipal de Japeri: dois professores e um coordenador educacional. As perguntas que nortearam a entrevista versavam sobre a inclusão ou integração de dois estudantes com deficiências. Esses estudantes do 9º ano do ensino fundamental possuíam laudo atestando dificuldades de aprendizagem. Neste trabalho, apresentaremos um recorte do estudo realizado com a entrevista de um desses professores de Matemática.

O instrumento empregado para as entrevistas foi um questionário, com 5 perguntas norteadoras, a fim de obter informações mais abrangentes sobre o tema. A entrevista foi efetuada de forma presencial, durante um dia de aula normal no refeitório da própria instituição gravada em áudio para que pudesse ser analisada da melhor forma possível.

Para manter o anonimato dos alunos, estes serão nomeados de aluno A e aluno B. O questionário foi apresentado aos entrevistados por meio de slide no notebook para que pudessem responder as perguntas após a análise de uma imagem.

A entrevista se iniciou com o entrevistador mostrando ao professor a imagem apresentada na figura 1:

Figura 1: inclusão, exclusão, segregação e integração



Fonte: autor desconhecido

Em seguida, o professor respondeu a cinco questões. As respostas serão apresentadas e discutidas a seguir.

As respostas do professor

1 - Em qual dessas imagens os alunos estão melhor inseridos?

Tal pergunta foi idealizada a fim de criar um norte sobre como é a visão do educador matemático sobre o aluno no contexto da sala de aula.

“... Eu acho que eles estão mais integrados. Na verdade, às vezes, nem todo professor, até mesmo eu, consegue fazer todas as atividades voltadas para eles, para que estejam incluídos. Eu acredito que seja assim.”

Para o docente, a inclusão não ocorre efetivamente devido a limitações próprias (do docente), pois este não consegue adaptar suas atividades para as necessidades dos



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



estudantes. Ressalta-se também que outros professores da escola relataram informalmente não conseguir adaptar os conteúdos para os estudantes com deficiência.

2 - Como é o desempenho desses dois estudantes na sua aula? Eles estão mesmo aprendendo matemática?

O objetivo dessa pergunta é saber o que o professor faz para o aluno em sala, se ele acha que os alunos estão inclusos na aula e se, conseguem, de alguma forma, entender e acompanhar o conteúdo.

“...eles têm muita dificuldade e na verdade eles não conseguem acompanhar o conteúdo do 9º, tem que voltar mesmo nas 4 operações, na verdade na adição e subtração, porque eles não conseguem aprender o conteúdo do 9º ano...”

Com isso, pode-se notar que mesmo os alunos estando no 9º ano não conseguem acompanhar o conteúdo da sua turma. A partir daí, uma pergunta emerge: considerando que estes estudantes não aprenderam parte significativa do conteúdo (esperada pelo professor), houve, de fato, inclusão? Por um lado, podemos interpretar que não ocorreu a inclusão, pois estes alunos não conseguiram desenvolver habilidades mínimas de anos anteriores. Por outro lado, talvez o tempo necessário para que estes estudantes desenvolvam tais habilidades é diferente dos demais. E por isso, alguma inclusão realmente tenha ocorrido nesse caso.

Outro detalhe relevante é que o professor se mostrou sensível em retornar conteúdos anteriores para contribuir, de alguma forma, na inclusão destes alunos. Mesmo reconhecendo que tal prática é muito limitada.

3 - Como é o processo de avaliação deles?

O objetivo dessa pergunta foi fazer uma leitura de quais processos avaliativos esses estudantes foram submetidos até o 9º ano: a forma que foram avaliados e que tipo de competências foram consideradas na sua avaliação.

“... atividades diferenciadas, eles são avaliados por relatórios, mas a atividades deles não é a mesma da turma. Geralmente, todos os professores fazem atividades



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



diferenciadas para eles, às vezes, tem até têm umas atividades do conteúdo, mas a prova tem que ser menor, até porque eles cansam de fazer as avaliações quando elas são grandes. ”

Quanto ao processo avaliativo, nota-se que não é feita da mesma maneira que os demais, são feitos com relatórios de acordo com seus desenvolvimentos pessoais em geral ou com atividades diferenciadas referentes à matéria que eles consigam desenvolver. Além disso, é necessário comentar que há uma redução da avaliação, atendendo a uma necessidade de tempo diferenciada para resolver as provas, visto os alunos com NEE têm um ritmo próprio de desenvolver atividades. No entanto, será que essas adaptações atendem às necessidades desses estudantes? Essas adaptações são elaboradas a partir de que?

4 - A sua formação acadêmica contribuiu para você atuar com estudantes com NNE?

O objetivo aqui era identificar que tipo de formação o educador teve durante a vida acadêmica e se possui algum tipo de conhecimento que lhe permita trabalhar com alunos especiais com segurança.

“Não, não tive nenhuma! Nada! Na época da faculdade que você diz? Não, na época da faculdade eu lembro que eu não tive nenhuma disciplina que me auxiliasse hoje para lidar com eles, o que eu tenho é aprendido em sala de aula mesmo até outros colegas também. ”

Este docente não teve nenhum contato em sua formação acadêmica com Educação Inclusiva. Não cursou nenhuma disciplina relacionada ao tema na sua formação inicial, como também não participou de nenhum curso do gênero em sua formação continuada ou algo promovido pela própria rede municipal. Fica evidente a despreocupação por parte do poder público local com a formação continuada dos docentes, principalmente em inclusão.

5 - O que você acha que deveria ser feito para melhor atender esses alunos para que eles estejam melhor inclusos?



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



Esta pergunta tinha a intenção de saber, se na visão do entrevistado, existe algo capaz de atender às necessidades desses estudantes para que a inclusão de fato ocorra no ambiente escolar.

“... Eu gostaria de ser na verdade preparado(a) para isso, eu acho que tanto eu quanto os outros professores, quando tem reunião, reclamam dessa falta. Não tem ninguém para nos auxiliar! Falta alguém para nos ajudar. Como eu não tive isso na minha formação acadêmica, fica muito difícil para trabalhar. Estamos dando cabeçada mesmo! O que deveria mudar era ter alguém que estivesse dentro das escolas, principalmente dentro da minha escola para me auxiliar, para me ajudar, para me dizer a direção a ser tomada...”

É visível que o(a) professor (a) sente falta de formação adequada para lidar com essas dificuldades. A saída encontrada para suprir essa carência parece ser através da própria prática, da tentativa e erro, buscando o melhor dentre o possível. A partir deste depoimento, fica notória a existência de uma situação de abandono do poder público local. Abandono de estudantes que necessitam de cuidados especiais e de seus respectivos professores.

Conclusão

As leis e convenções deveriam garantir, em teoria, que os direitos à educação fossem cumpridos. Todavia, de que maneira esses direitos têm sido garantidos para os alunos portadores de NEE nas escolas que dizem haver inclusão?

A questão central não é a ausência de políticas públicas adequadas, há diversas leis relacionadas a inclusão, e mais especificamente, a inclusão escolar no Brasil. O problema é que essas leis não são efetivamente cumpridas pelo poder público. Talvez, falte interesse de toda a sociedade em executá-las e oferecer educação pública e de qualidade aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Há também a falta de formação/capacitação adequada de gestores, coordenadores pedagógicos e professores, devido a esses fatores, os alunos com NEE ficam sem



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



atendimento adequado. O que de fato ocorre é a existência de um abismo entre a inclusão idealizada por educadores e pesquisadores, aquela utópica, e a inclusão real, constituída por abandono e segregação.

O município em que o estudo foi realizado possui um baixíssimo IDH. Está na lista dos lugares mais violentos do estado. Lá, a educação agoniza! O abandono do poder público a toda comunidade escolar e, sobretudo, aos estudantes que necessitam de educação especial, se configura na maior, e talvez, a única deficiência.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. 2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP.1998

FERNANDES, S. H. A. A; HEALY, L. Ensaio sobre a inclusão na Educação Matemática. **Revista Iberoamericana de Educación Matemática**, 10, 59-76, junho, 2007.

SEGADAS, C. et al. Como trabalhar atividades matemáticas com alunos deficientes visuais? In: CIAEM, XIII. **Anais do ...** Recife, 2011.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

RODRIGUES, T. D. Educação matemática inclusiva. **Interfaces da Educação**, v. 1, n. 3, p. 84-92, 2015.

DOS SANTOS, E. C.; RODRIGUES, T.D. A Etnomatemática no Contexto do Ensino Inclusivo. Curitiba: **Editores CRV**, 2010. **Bolema-Boletim de Educação Matemática**, v. 26, n. 42B, p. 747-753, 2012.